

Classe Operária e superpopulação relativa nos protestos sociais no Brasil (2000-2009)

Davisson C. Cangussu de Souza¹

I Introdução

O debate sobre as classes sociais nas últimas décadas foi marcado por diversas teses que buscaram colocar em xeque a validade deste conceito. Nesse cenário, surgiram algumas interpretações que procuraram questionar o papel do proletariado na estrutura social e do sindicalismo no conjunto dos protestos sociais. Assim, a classe operária teria perdido relevância para os trabalhadores do setor de serviços, e o velho movimento operário teria dado lugar a “novos” movimentos sociais (ambientalista, de direitos humanos, pacifista, de gênero etc.)². Esses questionamentos provocaram diversas reações na literatura marxista. Sua principal crítica dizia respeito ao caráter reducionista daquelas análises, que além de restringir o conceito de proletariado aos operários fabris, não levavam em conta a persistência do movimento sindical e das greves nas chamadas “sociedades industriais”.³ Vários autores procuraram relativizar o atestado de óbito que se procurava dar ao sindicalismo, reconhecendo o momento de refluxo pelo qual estava passando em diversos países, mas se opondo à tese de que as organizações sindicais estariam em estágio terminal, ou seja, fadadas ao desaparecimento.⁴

Porém, a discussão sobre a persistência ou perda da centralidade do movimento operário e sindical vem carecendo de dados para enfrentar a questão. Embora as taxas de sindicalização e o número e perfil das greves possam servir como argumentos válidos acerca da perda ou permanência do prestígio do sindicalismo, não há

dados, pelo menos no caso brasileiro, que comprovem a presença dos chamados “novos movimentos sociais” nesses contextos a ponto de concluir que estes estariam assumindo o protagonismo outrora ocupado pelo movimento operário.

O objetivo deste artigo é apresentar um balanço dos protestos sociais no Brasil em seu conjunto. Tomaremos os dados disponibilizados pela Cronologia dos Conflitos Sociais do Observatório Social da América Latina, seção do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (OSAL/Clasco). Analisaremos um período de dez anos a partir de 2000, ano a partir do qual é possível consultar o relatório da cronologia. Com base na leitura desses documentos, fizemos um primeiro registro e codificação das ações de protestos relatadas. Neste artigo daremos destaque para alguns aspectos que julgamos centrais para problematizar o debate sobre o declínio histórico do sindicalismo, bem como a emergência e protagonismo dos “novos movimentos sociais”.

Em artigo anterior⁵, ao fazer um exercício provisório para os anos 2004 e 2008, mostramos que o movimento sindical e os movimentos de sem-terra dividiram a cena como os principais tipos de organização, assim como os assalariados e os sem-terra foram os principais sujeitos dos protestos sociais no Brasil. Nossa hipótese é de que esta tendência se confirma em toda a década. Desse modo, seria possível afirmar que o caso brasileiro não é um exemplo de perda da proeminência do movimento sindical, nem de protagonismo dos chamados “novos movimentos sociais”. Ao contrário, por ser um país industrializado e com uma estrutura social marcada pelo alto peso da população rural e por formas crônicas de manifestação da superpopulação relativa, as reivindicações materiais dos trabalhadores assalariados e dos sem-terra dão o tom da rebelião.

Metodologia de análise dos protestos sociais

Para avançar na problematização das questões enunciadas no item anterior, desenvolvemos um recurso metodológico que possibilitou observar o conjunto dos protestos sociais e, portanto, testar o peso tanto dos “novos” como dos “velhos” movimentos sociais. O Brasil não conta com pesquisas deste tipo. Há alguns levantamentos importantes de lutas sociais no país. O Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (SAG/Dieese) apresenta um balanço

¹Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/campus Guarulhos) e pesquisador do *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina* (Pimsa). Correio eletrônico: davisson.souza@unifesp.br.

²Entre os autores que sustentaram estas teses podemos destacar GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982; OFFE, Claus. “Trabalho, a categoria sociológica chave?”, in *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994; TOURAINE, Alain. *Les voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.

³Cf. CARRERA, Nicolás Iñigo. *La estrategia de la clase obrera – 1936*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2004; HYMAN, Richard. “Trade Unions and the Disaggregation of the Working Class”. Em: REGINI, Marino (Ed.). *The Future of Labour Movements*. London: Sage, 1994; e MOURIAUX, René, BÉROUD, Sophie, VAKALOULIS, Michel. *Le mouvement social en France : essai de sociologie politique*. Paris: La Dispute/Snédit, 1998.

⁴No Brasil, a tese do declínio histórico do sindicalismo foi defendida por RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, 1999. Uma análise crítica a este autor pode ser encontrada em BOITO JR., Armando. *A crise do sindicalismo*. (p. 319-333). in: RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁵SOUZA, Davisson C. C. de. *Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25-26, p. 191-205, 2011.

das greves no país. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta/Unesp) fazem levantamentos dos conflitos sociais no campo, a partir dos quais é possível extrair um registro sistemático das ocupações de terra. Porém, se o primeiro não tem o objetivo de registrar os demais instrumentos de luta adotados pelo movimento sindical, para além das greves, os dois últimos se restringem ao movimento social no campo protagonizado pelos trabalhadores rurais. Carecemos, portanto, de um balanço que leve em conta o conjunto dos conflitos sociais rurais e urbanos.

Para suprir essa lacuna, utilizamos os relatórios disponibilizados pelo Osal/Clasco. No caso do Brasil, esses dados são coletados pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UFRJ). Embora o levantamento não possua a pretensão de oferecer um registro sistemático da totalidade dos eventos realizados no país, a utilização desta fonte tem as seguintes vantagens: 1) trata-se de informações do conjunto do movimento social; 2) o balanço é feito desde o ano 2000, o que permite a análise de uma série histórica e, portanto, dos efeitos da conjuntura sobre as principais tendências, ou seja, dos movimentos ascendentes e descendentes do ciclo de protesto.

No entanto, encontramos os seguintes limites na utilização dessa fonte: 1) a variação de volume de material disponibilizado, já que entre 2000 e 2006 os dados foram disponibilizados na forma de relatórios resumidos, e de 2007 em diante na forma de relatórios completos, possibilitando o registro de maior quantidade de eventos; 2) as fontes utilizadas apresentam algumas distorções, já que: a) são predominantemente da grande imprensa escrita, que no Brasil tem a tradição de não noticiar diversas ações de protesto importantes para a análise da conjuntura; b) a amostra é viciada em alguns aspectos.⁶

Os dados do relatório foram registrados e codificados segundo vinte e três variáveis.⁷ Neste trabalho, apresentaremos os resultados mais contundentes dos seguintes elementos: 1) Tipo de organização; 2) Sujeito da luta; 3) Instrumento de luta; 4) Reivindicações mais frequentes; 5) Tema das reivindicações; e 6) Objetivos da luta. Valem alguns esclarecimentos sobre a classificação adotada.⁸

⁶Há certa superestimação das lutas dos sem-terra, pois o LPP utiliza o Jornal dos Sem-Terra como fonte, mas não consulta a imprensa sindical. Para se ter uma idéia, no período de 2000 a 2009, do total de 3.745 greves registradas pelo SAG/Dieese, nosso levantamento dos relatórios da OSAL/Clasco dá conta de apenas 355, ou seja, 9,4% desses eventos. Por outro lado, do total de 3.385 ocupações de terra contabilizadas pelo ACC/CPT foi possível obter informações de 418, ou seja, 12,3%.

⁷Data, local, entidade organizadora, instrumento de luta, tipo de organização, sujeito do protesto, reivindicação, tema das reivindicações, objetivos da luta, oponente, resultados, desdobramentos, duração, abrangência (local, regional, nacional), número de participantes, entre outras.

⁸Vale mencionar que os critérios utilizados para a construção da base de dados foram adaptados a partir da metodologia utilizada pelo Pimsa para a análise dos conflitos sociais na Argentina. Ver, por exemplo, CARRERA, Nicolás Iñigo; COTARELO, María Celia. "Algunos rasgos de la rebelión en Argentina: 1993-2000". *Pimsa*, DT 49, Buenos Aires, 2004.

O tipo de organização corresponde à forma de luta levada a cabo pela entidade que convoca o protesto, seja estabelecida ou autoconvocada. Foram divididas em mais de 40 categorias, entre elas: "sem-terra", "partidos e organizações políticas", "sindical", "estudantil", "indígena", "empresarial e de proprietários", "sem-teto", "feminista", "entidades religiosas", "camponesa", "atingidos por barragem", "GLBT", "ONGs", "negro", "ambientalista", "multisetorial"⁹ etc.

Também registramos mais de 30 tipos de instrumentos de luta, entre eles os seguintes: "marcha", "acampamento", "greve", "ocupação de edifício público", "atos e manifestações de rua", "ocupação de terra", "bloqueio de estrada", "passeata", "piquete", "rebelião de presos", "ocupação de empresa", "bloqueio de rua e avenida", "destruição de patrimônio"¹⁰, "ocupação de moradia e terreno" etc.

Os sujeitos do protesto correspondem à base social que participa do protesto. Foram divididos em: "pobres", "assalariados"¹¹, "militantes partidários", "estudantes", "empresários e proprietários", "mulheres", "presidiários"¹², "pequenos proprietários de terra", "moradores e vizinhos", "gays, lésbicas etc.", "voluntários e membros de ONGs", "negros", "fiéis"¹³, "familiares e vítimas de violência", "ambientalistas" etc.

As reivindicações foram agrupadas em "temas" e estes, por sua vez, foram reunidos em quatro objetivos: 1) econômicos; 2) sociais; 3) políticos; e 4) culturais e simbólicos. Embora a fronteira entre esses diferentes objetivos nem sempre seja clara, procuramos adotar alguns critérios.

Os *objetivos econômicos* são aqueles em que fica evidente a reivindicação por questões materiais, ligadas ao acesso direto às condições de vida, trabalho e produção. Foram reunidos em seis temas: terra, trabalho, moradia, meios de consumo, meios de subsistência e meios de produção. Assim, dentro do tema trabalho, por exemplo, temos as seguintes reivindicações: "condições de trabalho", "direitos trabalhistas", "salário", "demissões" etc.

Os *objetivos sociais* são aqueles ligados à aquisição, manutenção ou ampliação de direitos sociais como educação, segurança, saúde, transporte, políticas sociais. Embora muitas dessas questões estejam ligadas às condições materiais de subsistência, o destaque foi dado para as reivindicações que buscam cristalizar direitos em políticas de Estado. Desse modo, no tema "segurança" encontramos as seguintes reivindicações:

⁹Organizações estabelecidas que congregam diferentes tipos de organização, como os fóruns permanentes, as coordenações de luta etc.

¹⁰Inclui queima de plantações, incêndio de ônibus, pedradas a residências, atos de sabotagem etc.

¹¹Estes últimos foram subdivididos segundo o tipo de ocupação: ocupados, demitidos, desempregados etc.

¹²Aqui foram contabilizadas apenas as ações em que estes sujeitos reivindicavam melhores condições dos presídios. Não incluem, portanto, as rebeliões de organizações criminosas (por transferência ou liberação de presos, por exemplo) ou conflitos entre facções.

¹³Ou seja, membros de organizações religiosas que participam de protestos (por exemplo, contra o aborto, o casamento gay, etc.).

"condições dos presídios", "segurança e violência"¹⁴, "ação da polícia, exército e milícias" etc.

Os *objetivos políticos* dizem respeito às relações de poder no âmbito do Estado e da estrutura jurídico-política, bem como da própria organização dos movimentos. Foram considerados neste grupo sete temas: relações exteriores, política econômica, reformas políticas, medidas de governo e legislação, governo e governantes, relações jurídicas, organização do movimento, regime social e político. Sendo assim, dentro do tema "organização do movimento", por exemplo, encontramos as seguintes reivindicações: "represália, perseguições e punições a militantes", "solidariedade às lutas de outras categorias ou militantes" "repressão, prisão e assassinato de militantes", "garantia da greve ou outros movimentos" etc.

Por fim, os *objetivos culturais e simbólicos* dizem respeito a valores e manifestações culturais de todo tipo. Foram considerados neste grupo cinco temas de reivindicações: relações de gênero, relações étnico-raciais, meio ambiente, cultura e arte, direitos humanos. Dentro do tema "relações de gênero", por exemplo, podemos encontrar reivindicações como "igualdade de gênero e direitos das mulheres" e "direitos homossexuais".¹⁵

Descrição dos dados

Até o momento, foram registrados 2.667 eventos no período de 2000 a 2009.¹⁶ A Tabela 1 mostra as ações de protesto por municípios mais frequentes.

Os dados coletados permitem afirmar que, quanto ao **local** (Tabela 1), os municípios que mais protagonizaram protestos sociais no Brasil durante o período analisado foram: Rio de Janeiro (11,2%), São Paulo (10,1%), Brasília (6,4%) e Porto Alegre (2,9%). Vale destacar a grande concentração de protestos na região do Pontal do Paranapanema (7,1%) que, embora não seja propriamente uma cidade, configura-se como a terceira região mais conflituosa do país, acima inclusive da capital federal. Há ainda uma grande quantidade de eventos que abrangem diversas cidades¹⁷ (3,6%) e outros em que os locais não foram informados (7,2%), além de uma grande quantidade de eventos realizados em outras cidades (51,5%).

¹⁴Ou seja, manifestações que pedem por mais segurança ou contra a violência.

¹⁵Inclui tanto a ampliação dos direitos civis dos homossexuais (casamento, adoção etc.) como a criminalização da homofobia etc.

¹⁶O levantamento ainda se encontra em curso e os números trabalhados neste artigo deverão ser atualizados em futuros trabalhos. Tal como já mencionamos, é necessário levar em conta que a partir de maio de 2007 o OSAL/Clacso passou a divulgar um relatório mais detalhado, de modo que até abril daquele ano registramos um total de 1.428 ações, sendo que as 1.239 restantes correspondem a alguns meses selecionados até dezembro de 2009.

¹⁷Incluem os protestos regionais, estaduais e nacionais.

Tabela 1: Ações de protesto por município (2000-2009)

Município	Ações de protesto (%)
Rio de Janeiro	11,2
São Paulo	10,1
Brasília	6,4
Porto Alegre	2,9
Pontal do Paranapanema	7,1
Diversas	3,6
NI	7,2
Outros	51,5
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

A Tabela 2 mostra que os estados que mais convocam lutas no Brasil são os seguintes: São Paulo (16,4%), Rio de Janeiro (11%), Rio Grande do Sul (8%), Pernambuco (6,8%) e Distrito Federal (4,9%). Vale ressaltar a pequena quantidade de eventos de caráter nacional (3,6%). Os demais estados somam 49,3% das ações de protesto.

Tabela 2: Ações de protesto por estado (2000-2009)

Estado	Ações de protesto (%)
SP	16,4
RJ	11,0
RS	8,0
PE	6,8
DF	4,9
BR	3,6
outros	49,3
total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Antes de prosseguir a descrição, valem algumas observações. Embora a cidade de São Paulo venha logo atrás do Rio de Janeiro, o estado de São Paulo ocupa a primeira posição, já que há uma grande quantidade de eventos protagonizados no interior deste estado, especialmente na região do Pontal do Paranapanema, com forte tradição de luta dos sem-terra, além de várias cidades industrializadas do interior que protagonizam lutas populares e sindicais, como Campinas, São José dos Campos, Santos e a região metropolitana da capital (São Bernardo do Campo, Osasco, Diadema, Guarulhos etc.). Pernambuco também se destaca, embora a cidade de Recife não apareça entre as cidades com maior número de protestos, o que se explica pela grande quantidade de eventos protagonizados no interior do estado, especialmente de trabalhadores rurais. Por fim, embora Porto Alegre apareça como quarto município em ações de protesto, o Rio Grande do Sul aparece como terceiro mais importante em ações de protesto, o que também se deve à força dos trabalhadores rurais no interior deste estado.

A análise do local da luta permite atestar algumas hipóteses sobre os protestos sociais do Brasil levantadas em trabalhos anteriores¹⁸: 1) a baixa presença de lutas nacionais, especialmente na forma de greves gerais; 2) a tradição de luta dispersa e fragmentada no país. Entre os elementos que explicam esse fenômeno, podemos chamar a atenção para: i) a tradição de enquadramento sindical municipal e setorial; ii) o fato de o centro político não coincidir com o centro econômico do país, o que coloca a própria capital do país (Brasília) atrás das duas principais metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro); iii) a grande quantidade de cidades com tradição de lutas sindicais e populares¹⁹; e iii) a forte tradição, em diversos estados, de luta pela terra, protagonizada especialmente pelos movimentos de sem-terra.

A Tabela 3 mostra que, entre os sujeitos do protesto²⁰, há uma nítida proeminência dos assalariados (35,2%), seguidos pelos sem-terra (26,2%). Juntos, estes protagonizam 61,4% dos eventos. Em seguida, destacam-se os estudantes (7,6%), sem-teto (4,5%), índios (3,5%), cidadãos (2,5%), moradores e vizinhos (2,2%), entre outros. Vale destacar ainda a baixa incidência de eventos protagonizados pelos chamados “novos sujeitos”, subsumidos na categoria “outros”.²¹

Tabela 3: Ações de protesto segundo o sujeito (2000-2009)

sujeito	Ações de protesto (%)
assalariados	35,2
sem-terra	26,2
estudantes	7,6
sem-teto	4,5
índios	3,5
cidadãos ²²	2,5
moradores e vizinhos ²³	2,2
militantes partidários	1,5
empresários e proprietários ²⁴	1,3
atingidos por barragem	1,1
familiares ²⁵	1,1
presidiários	0,9
diversos	2,6
NI	2,0
outros	7,7
total	99,9

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

¹⁸Ver, especialmente, SOUZA, Davisson C. C. de. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operário ativo e de reserva*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁹Além dos quatro municípios que destacamos na Tabela 1, podemos citar ainda Recife, Belo Horizonte, Florianópolis, Salvador, Maceió, Fortaleza, Curitiba, Vitória, Belém, Goiânia, entre outras, e diversas cidades do interior, especialmente no estado de São Paulo (Campinas, São José dos Campos e São Bernardo do Campo), onde registramos grande quantidade de eventos.

²⁰Vale mencionar que foram registrados 2.947 sujeitos, já que em 203 das 2667 ações de protesto registradas houve a participação de dois ou mais sujeitos.

Vale mencionar a distribuição dos protestos de assalariados segundo a condição de ocupação, conforme a Tabela 4. Observa-se que predominam entre estes os ocupados (75,6%), seguidos pelos trabalhadores rurais (18,2%), autônomos e trabalhadores de rua (2,9%), desempregados (2,4%), demitidos (0,7%) e aposentados (0,2%).

Tabela 4: Ações de protesto dos assalariados segundo a condição de ocupação (2000-2009)

Assalariados	Ações de protesto (%)
ocupados	75,6
trabalhadores rurais	18,2
trabalhadores de rua	2,9
desempregados	2,4
demitidos	0,7
aposentados	0,2
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Vejamos agora qual o protagonismo do proletariado nas ações de protesto (ver Tabela 5). O conjunto da classe trabalhadora corresponde a 71,7% dos protestos sociais no Brasil. Desse total, o exército de trabalhadores ativo (ETA), que aproximamos ao conjunto dos ocupados, participa de um total de 26,6% dos eventos, e o exército de trabalhadores de reserva (ETR) participa de 45,1% das ações.

Tabela 5: Ações de protesto da classe trabalhadora segundo fração (2000-2009)

fração	total de ações	% total	% classe trab.
ETA	785	26,6	37,2
ETR	1330	45,1	62,8
total	2115	71,7	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Vale mencionar como os dados do ETR se dividem segundo uma aproximação às modalidades da superpopulação relativa descritas por Marx no capítulo

²¹Entre estes vale mencionar os eventos protagonizados pelos sujeitos mais citados pela teoria dos novos movimentos sociais: membros e voluntários de ONGs (0,8%), gays, lésbicas, etc. (0,6%), negros (0,5%), mulheres (0,5%), ambientalistas (0,4%) e ativistas de movimentos culturais (0,1%). Juntos, estes participam de 2,9% dos eventos, ainda assim bem atrás dos primeiros sujeitos dos protestos.

²²Trata-se de ações de protesto geralmente autoconvocadas pela população, ou seja, que não pressupõem uma organização pré-estabelecida, e que reivindicam questões pontuais (“aumento dos preços”, “aumento da passagem”, “justiça e punição a crimes”, “por segurança ou contra a violência etc.”).

²³Trata-se de ações de moradores autoconvocados ou de associações de bairro que tem como finalidade a melhoria das condições de vida e o acesso a serviços públicos (saneamento, transporte, saúde etc.) da população de um determinado território.

²⁴Inclui o conjunto da burguesia e dos arrendatários.

²⁵Inclui familiares de trabalhadores e de todo tipo de vítimas (de acidentes, crimes etc.).

23 d'*O Capital*,²⁶ conforme a Tabela 6. Assim, a modalidade *latente* (sem-terra, trabalhadores rurais, índios, quilombolas, atingidos por barragem, pequenos agricultores) participa de 37,8% do total das ações e 83,7% dos eventos do ETR; o *pauperismo* (pobres, moradores de rua e sem-teto²⁷) corresponderia a 4,4% dos eventos e 9,7% das ações do ETR; a modalidade *flutuante* (desempregados e demitidos) corresponderia a 1% do total e 2,3% das ações do ETR; a modalidade *estagnada* (trabalhadores de rua) corresponderia a 1% do total e 2,3% do ETR, e por fim, o *lumpem* (presidiários) corresponderia a 0,9% do total e 2% do ETR.

Tabela 6: Ações de protesto do ETR segundo a modalidade (2000-2009)

modalidade	total de ações	% total	% ETR
latente	1113	37,8	83,7
pauperismo	129	4,4	9,7
flutuante	32	1	2,4
estagnada	30	1	2,3
lumpem	26	0,9	2,0
total	1330	45,1	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Com relação ao tipo de organização (Tabela 7), o movimento operário e sindical (32,7%) e o movimento dos sem-terra (27,9%) são os dois principais, pois participam de 60,6% dos eventos. Distantes dos dois primeiros, seguem o movimento estudantil (7,4%), as organizações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais (4,8%), os movimentos de sem-teto (4,5%) e o movimento indígena (3,8%). Estes dados demonstram o peso do sindicalismo e dos diversos tipos de luta pela terra no Brasil.

Tabela 7: Ações de protesto segundo o tipo de organização (2000-2009)

Tipo de organização	Ações de protesto (%)
operário e sindical	32,7
sem-terra	27,9
estudantil	7,4
peq. agricultores e trab. rurais	4,8
sem-teto	4,5
indígena	3,8
associações de bairro	1,7
partidos e organizações políticas	1,6
cidadania	1,5
atingidos por barragem	1,2
presidiários	0,9
multisetorial	2,0
autoconvocados	1,2
NI	2,9
outros	5,9
total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

²⁶MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

²⁷Embora entre os sem-teto se encontrem ocupados, desempregados, autônomos trabalhadores de rua etc., inserimos este sujeito na categoria de pauperismo por conta do caráter de sua principal reivindicação estar ligada a uma condição material de subsistência elementar (o acesso à moradia).

Vale destacar, de acordo com a Tabela 8, que no interior do movimento operário e sindical as entidades sindicais participam de 86,6% dos eventos, seguido por outras entidades de trabalhadores (10,5%), o movimento de desempregados (2,8%) e as organizações de demitidos (0,1%).

Tabela 8: Ações de protesto do movimento operário e sindical segundo tipo específico de organização (2000-2009)

operário e sindical	ações de protesto (%)
sindical	86,6
outras entidades de trabalhadores	10,5
desempregados	2,8
demitidos	0,1
total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Quanto aos instrumentos de luta (Tabela 9), os atos e manifestações de rua ocupam a primeira posição (36,9%). Em seguida, os instrumentos mais utilizados são as ocupações de terra (15,7%), as greves e paralisações (13,3%), as ocupações de edifício público (7,4%) e os bloqueios de estrada (6%).

Tabela 9: Ações de protesto segundo instrumento de luta (2000-2009)

Instrumento de luta	ações de protesto (%)
atos, passeatas e manifestações de rua	36,9
ocupação de terra	15,7
greves e paralisações	13,3
ocupação de edifício público	7,4
bloqueio de estrada	6
acampamento	2,4
ocupação de moradia e terreno	2,2
ocupação de empresa	2,2
marcha	1,6
enfrentamento	1,2
piquete	1
rebelião de presos	0,9
manifestações em espaços públicos	0,9
bloqueio de rua e avenida	0,8
sequestro	0,7
outros	3,3
total	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

A proeminência dos atos, passeatas e manifestações de rua se explica, entre outros motivos, pelo fato de que se trata de um instrumento: i) variado em suas formas específicas; ii) utilizado pelos mais diferentes sujeitos; e iii) que se constitui como uma etapa da construção de outros métodos de luta. Os dois instrumentos seguintes (ocupação de terra e greve) indicam, respectivamente, a representatividade dos tipos

de organização mais ativos do protesto social no Brasil: o movimento sindical e de sem-terra. A ocupação de edifício público é outro instrumento de luta bastante freqüente. Além dos sem-terra (42,1%), também a utilizam freqüentemente o movimento indígena (15,7%) e o movimento estudantil (10,1%), representando, juntos, a 67,9% da utilização desse instrumento²⁸. A forte presença de bloqueios de estrada, acampamentos e marchas são um indicativo da forte presença do movimento de trabalhadores do campo, já que se trata de instrumentos de luta típicos deste setor. Vale ressaltar ainda a incidência de dois tipos de ocupação. A primeira é a ocupação de moradia, instrumento predominante dos movimentos de sem-terra (86,6%). A segunda é a ocupação de empresa, largamente utilizada por movimentos de trabalhadores rurais, seja sem-terra (37,3%), pequenos agricultores (17,4%) ou atingidos por barragem (14,3%).

Vejamos a representatividade das ocupações, dividindo-as entre as que afrontam diretamente a propriedade privada (de terra e moradia) e aquelas sem afronta à propriedade (de edifício público e empresa)²⁹. As primeiras somam 17,9% e últimas, 9,6% dos eventos. Juntas, representam 27,5% das ações de protestos sociais no país, o que colocaria este tipo de instrumento como o segundo mais utilizado.

Vejamos as principais diferenças entre os dois principais tipos de organização (movimento sindical e de sem-terra) quanto os instrumentos de luta adotados. Enquanto o movimento sindical convoca 83,7% das greves e 30,1% dos atos, passeatas e manifestações de rua, o movimento dos sem-terra utiliza 86,8% das ocupações de terra, 52,3% das marchas, 48,8% dos bloqueios de estrada, 47,5% dos acampamentos, 42,1% das ocupações de edifício público e 37,3% das ocupações de empresa (ver Tabela 10).

Tabela 10: Movimento sindical e movimentos de sem-terra segundo instrumentos de luta mais freqüentes (2000-2009)

Instrumentos de luta	sem-terra	sindical	sem-terra	sindical
atos, passeatas e manifestações de rua	106	324	9,8%	30,1%
ocupação de terra	363	16	86,8%	3,8%
greves e paralisações	0	297	0,0%	83,7%
ocupação de edifício público	83	16	42,1%	8,1%
bloqueio de estrada	78	15	48,8%	9,4%
acampamento	30	8	47,6%	12,7%
ocupação de empresa	22	4	37,3%	6,8%
marcha	23	5	52,3%	9,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

²⁸Os prédios públicos mais ocupados no país são as sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), além das reitorias de universidades federais.

²⁹Esta classificação se justifica para diferenciar ocupações que tem como finalidade a apropriação permanente do território ocupado e aquelas que visam somente a tomada de posição provisória com a finalidade de pressionar o poder público ou a empresa capitalista para que respondam às reivindicações dos manifestantes.

A Tabela 11 traz uma lista das reivindicações mais freqüentes, sendo as cinco primeiras: terra (14,7%), salário (10,1%), reforma agrária (7,5%), política educacional e condições da educação (4,2%) e moradia (3,5%).

Tabela 11: Ações de protesto segundo reivindicações mais freqüentes (2000-2009)

reivindicações	ações de protesto (%)
terra	14,7
salário	10,1
reforma agrária	7,5
educação	4,2
moradia	3,5
verbas para políticas sociais	3,3
medidas governamentais ou administrativas	2,7
repressão, prisão e assassinato de militantes	2,2
condições de trabalho	2,1
demarcação de terra indígena e quilombola	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Osal/Clacso.

Vale ressaltar que entre as dez reivindicações mais freqüentes, em sete as questões materiais aparecem de maneira evidente, ou seja, estão relacionados a *objetivos econômicos*. Inserimos a reivindicação por “verbas para políticas sociais” na categoria de *objetivos sociais*, e aquelas “contra medidas governamentais ou administrativas” e “contra a repressão, prisão e assassinato de militantes”³⁰ enquadrados em *objetivos políticos*.³¹ Assim como, ao considerar o tipo de organização os “novos movimentos sociais” são pouco expressivos, as reivindicações por *objetivos culturais e simbólicos* também não assumem qualquer protagonismo. Agrupando as dez principais reivindicações, observamos que as questões ligadas à “terra” (terra³², reforma agrária e demarcação de terra indígena e quilombola) somam 24%, enquanto o tema “trabalho” (salário e condições de trabalho) soma 12,2% das ações de protesto, o que indica que as reivindicações do movimento sindical são mais pulverizadas que as dos sem-terra, para citar os dois protagonistas dos protestos sociais no país.

³⁰Esta reivindicação é bem presente entre os movimentos de sem-terra, o que atesta o grau de violência no campo no país. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2001 e 2010 houve 360 assassinatos em decorrência de conflitos de terra no Brasil.

³¹Embora boa parte dos objetivos sociais e políticos possua um lastro econômico (ou seja, estão ligados às condições materiais de subsistência), incluímos nos objetivos econômicos somente aqueles este caráter é mais evidente.

³²Ou seja, lutas ligadas diretamente à posse de uma propriedade de terra específica, reivindicada geralmente a partir da utilização da ocupação como instrumento de luta. Diferenciamos estas últimas dos protestos que reivindicam “reforma agrária”, ou seja, políticas do governo com a finalidade de manifestar contra a estrutura fundiária pela distribuição de terras no país.

Considerações finais

Os dados apresentados ao longo deste artigo nos permitem tecer algumas observações sobre o movimento social brasileiro. 1) O proletariado³³ segue sendo central para a análise dos protestos sociais no país, já que tanto seus sujeitos quanto suas organizações são os principais protagonistas dos protestos sociais; 2) A classe trabalhadora participa de quase três quartos das ações de protesto e no interior desta, a fração de reserva é a que logra convocar mais ações; 3) Os assalariados, e no interior destes, os ocupados, são os principais sujeitos das ações de protesto, seguidos dos sem-terra; 4) O movimento operário, e no interior deste, o movimento sindical, é o principal tipo de organização, seguido dos movimentos de sem-terra; 5) A greve é o segundo instrumento de luta mais utilizado nas ações de protesto, atrás somente das manifestações de rua; 6) As reivindicações materiais, os objetivos econômicos e os temas terra e trabalho são os mais presentes nos conflitos.

Por um lado, esses dados contrariam a tese da perda da centralidade da classe operária como sujeito do protesto e a tese do declínio histórico do movimento operário e sindical, que estaria sendo substituído por “novos atores” e “novos movimentos sociais” em luta por objetivos pós-materiais (simbólicos e culturais) e organizados em referenciais não classistas. Por outro, confirmam o alto peso da superpopulação relativa (especialmente de sua modalidade latente) no Brasil. Demonstração disso é que o movimento sindical divide a cena com os sem-terra como principal tipo de organização da classe trabalhadora brasileira. O que atesta a persistência da classe operária e da superpopulação relativa na estrutura social e no movimento da sociedade brasileira.

Artigo recebido em 29.3.2013

Aprovado em 28.5.2013

³³ Aqueles que, não sendo proprietários das condições materiais de sua subsistência, necessitam vender a sua força de trabalho.